

A SOCIOLOGIA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE SABERES SOBRE O MUNDO SOCIAL

José Madureira Pinto

1.

Estou a escrever este texto a dois anos de distância do evento que lhe deu origem, a saber, o primeiro de um conjunto de debates organizados pela APS sobre a relação Ciência/Profissão em Sociologia, em que tive o gosto de me encarregar de uma das intervenções iniciais.

Para estruturar, tanto quanto possível, a argumentação desenvolvida em registo oral e estimular a participação crítica do auditório, recorri, na altura, ao guião que, sob forma esquemática, aqui se reproduz em anexo. Tal guião, juntamente com as agradáveis memórias de um anfiteatro repleto e com pulsação virtuosamente acelerada, foram os elementos de que pude dispor para tentar, agora, reconstituir o essencial do que então foi dito.

Antes de começar a percorrer as grandes “regiões” do esquema e respectivas interrelações, bem como os fios analíticos que as mesmas me sugerem, devo observar, como no debate também fiz, que pus de lado deliberadamente, no conjunto de considerações sobre o tema proposto, qualquer veleidade de abordagem sistemática, com fundamentação epistemológica e metodológica consistente, das relações entre ciência e profissão. O facto de outro dos intervenientes iniciais do Encontro ser António Firmino da Costa, autor de um texto sobre modalidades da cultura profissional dos sociólogos que, com todo o mérito, se tornou um “clássico” na matéria¹, tornava dispensável e, ao mesmo tempo, absurdamente pretensiosa tal intenção.

2.

Começando por tentar restituir a *organização geral do esquema* (a sua “macroestrutura”, na acepção da linguística de texto), direi que, através da *metade superior*, ele pretende representar globalmente o processo que vai da emergência de “necessidades sociais” até à manifestação das mesmas enquanto “problemas sociais” (o que pressupõe uma forma específica de legitimação simbólica da sua relevância) e desta até à respectiva tradução enquanto “procura social de conhecimento e de intervenção” (o que, por seu turno, pressupõe algum cálculo, por antecipação, da sua performatividade e, antes disso, uma espécie de “*empowerment* enunciativo”).

A *metade inferior* do esquema tenta representar, por seu turno, no conjunto, a dinâmica da “oferta” de produtos-conhecimento e de estratégias de intervenção social. Sugere-se que essa dinâmica é determinada por constrangimentos político-institucionais, modelos organizativos e lógicas específicas presentes nos campos especializados da produção de saberes sobre o social (os campos, relativamente autónomos, da “Ciência” e da “Profissão”).

Compreensivelmente, a referência à “procura social de conhecimento e intervenção” apresenta-se como uma espécie de *charneira* entre os dois hemisférios do quadro: considera-se, de facto, que é da amplitude, intensidade e composição das injunções em que ela se desdobra (o seu potencial ilocutório, dir-se-ia) que, em parte, embora não directamente, vai depender a “oferta” social de conhecimentos/intervenções.

3.

Regressando, agora com mais pormenor, à parte superior do esquema, dir-se-á que, através da organização gráfica proposta, o que se procura afirmar (e a profusão de aspas que a percorrem

¹ António Firmino da Costa, “Cultura profissional dos sociólogos”, in *Sociologia- Problemas e Práticas*, nº 5, 1988.

corresponde ao reconhecimento de todas as ambiguidades e dificuldades teóricas envolvidas no argumento) é que a transformação de uma “necessidade real” das populações em “problema social”, isto é, em necessidade assumida socialmente, no plano cognitivo e eventualmente prático-político, como questão a resolver, está longe de ser directa e linear.

3.1.

Ao invocarmos, neste contexto, um sistema de “necessidades” sociais, há um mínimo de prudência relativamente aos efeitos do etnocentrismo e do naturalismo nas interpretações sobre o social de que, à partida, não devemos prescindir.

São os próprios economistas, raramente inclinados, como se sabe, para as subtilezas do trabalho de demarcação face às evidências do senso comum e ao essencialismo de certas das suas versões eruditas, os primeiros a assumirem o carácter histórica e socialmente determinado das necessidades e dos modos de as satisfazer. Ao reflectirem sobre o estatuto económico dos chamados “recursos naturais”, chegam, de resto, a sublinhar que, para uma porção de matéria da natureza ser considerada como bem económico, objecto de uma procura e susceptível de validação no e pelo mercado, é indispensável que previamente se reúna um conjunto de circunstâncias que façam emergir a necessidade de utilização da matéria/dotação em causa, atribuindo-lhe utilidade.

No quadro de preocupações propriamente sociológicas, que aqui obviamente privilegiamos, a exigência de relativização da noção de “necessidade social” – que, no entanto, não tem de ser consumada em obediência a um qualquer relativismo extremado – ganha relevância acrescida. Para se ter uma ideia da precaridade de adjectivações como a que leva a falar em necessidades sociais “reais”, basta pensar, por exemplo, na complexidade, diversidade e inércia diferencial dos processos sociais conducentes à “invenção” das necessidades de protecção contra riscos (naturais, laborais, ambientais, tecnológicos, etc.) ou de investimento na instrução – processos esses cujo curso está longe de terminar ou de se conformar a um padrão único (o que, aliás, chama a atenção para as limitações de designações genéricas como “sociedade de risco” ou “sociedade educativa/sociedade de conhecimento”).

3.2.

Aceite esta prevenção, importa destacar, a seguir, que a consagração de “necessidades sociais” em “aspirações-problemas” socialmente audíveis e reconhecidos depende da natureza e modos de interrelação dos “pólos de enunciação legitimados”.

O Quadro alude, sem preocupações de exaustividade, a alguns desses enunciadores autorizados: *media*, agentes do campo político, grupos organizados de interesses, porta-vozes de movimentos sociais mais ou menos consolidados, para além, já se vê, dos que representam o campo científico e o campo profissional das ciências sociais.

Procurei, noutra altura², chamar a atenção para a complexidade de trocas e intersecções simbólico-culturais subjacentes ao processo de produção de saberes sobre o social, trazendo a primeiro plano as relações que a esse respeito se estabelecem, nas sociedades contemporâneas, em geral, e na sociedade portuguesa, em particular, entre três espaços de produção discursiva particularmente influentes.

Nessa perspectiva, pareceu-me relevante salientar três desses espaços ideal-típicos: o dos discursos (que, ao limite, assumem um pendor mítico-profético) sobre a essência e o destino da portugalidade e dos portugueses que, sem deixarem de evocar alguns traços do nosso sistema social, se coíbem, por princípio, de os fundamentar com base em informação sociológica consistente e empiricamente testada (tipo A); o espaço discursivo constitutivo e instituinte da agenda político-mediática (tipo B); e o espaço, relativamente autónomo e progressivamente profissionalizado, das Ciências Sociais (tipo C).

² José Madureira Pinto, “Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social”, in *Dinâmicas multiculturais – novas faces, outros olhares*, Vol. I, ICS/UL, 1996.

As ligações e influências recíprocas entre tais espaços são mais ou menos óbvias.

Assim, não é difícil reconhecer, no tom adoptado por colunistas ou editorialistas da imprensa, assim como nos operadores retórico-argumentativos dos políticos, marcas indeléveis da ambição essencialista dos teorizadores de tipo A (seja a propósito dos “estados de alma”, “medos” ou “sentimentos de perda” nacionais, seja a respeito dos “seculares” e “recorrentes” défices de desenvolvimento ou “ciclos de decadência” do País).

Creio, em qualquer caso, que, nos últimos anos, e à medida que a produção científica e a profissionalização da Sociologia se têm intensificado e consolidado institucionalmente, o vector $A \rightarrow B$, que acabámos de referenciar, vem perdendo influência relativamente a $C \rightarrow B$ nos circuitos alargados da produção e difusão de saberes sobre o social. É uma tendência que, não deixando de colocar problemas delicados aos profissionais da sociologia, merece ser aprofundada, quer na perspectiva de um esclarecimento da opinião pública sobre as causas dos fenómenos que perturbam a vida social, quer na do próprio alargamento da agenda científica da sociologia.

Tudo indica, aliás, que, a opção que leva a fundir num único pólo (B) as lógicas política e mediática, não sendo arbitrária nem falsa, merece, ainda assim, alguma ponderação. De facto, à medida que, com a persistência dos factores de precarização associados à “nova questão social”, se tem vindo a consolidar um conjunto alargado de medidas de inserção de iniciativa estadual, a que corresponde vasta panóplia de nomenclaturas oficiais ou oficiosas, acentua-se a espessura simbólica específica destas últimas, crescendo também a sua participação no processo de construção dos saberes sobre o mundo social, nomeadamente a que se realiza no espaço relativamente autónomo das ciências sociais (C). Por outro lado, o aprofundamento das lógicas de construção mediática dos “problemas da sociedade” baseadas na dramatização dos acontecimentos (no duplo sentido de “pôr em cena” e de “extremar o lado dramático” dos factos) e da busca, paradoxalmente banalizante, do “scoop” parece interferir, cada vez mais, com força própria, quer, a curto prazo, na definição das agendas políticas, quer, a médio e longo prazos, na definição das agendas científicas.

Não está excluído, entretanto, que o peso do espaço discursivo A, designadamente sob a forma de uma “tentação de profetismo” grandemente avessa, por princípio, à observação sistemática e racionalmente controlada dos factos sociais, continue a aflorar e a insinuar-se nas instâncias de produção de saber que se exprimem através de C – afinal, o processo de autonomização das ciências sociais no interior do campo intelectual português não deixa de ser recente e está, obviamente, inacabado.

Mas o esquema que, nesta altura, nos ocupa remete para um espectro de pólos de enunciação e de registos discursivos bastante mais vasto e complexo do que o contemplado anteriormente. De facto, estando em causa assinalar processos de produção de sentido, como os que conduzem da identificação de “necessidades sociais” à sua imposição como “problemas sociais a resolver” – os quais envolvem, em sociedades altamente diferenciadas e multipolares no plano simbólico, como são as nossas, agentes e regimes de enunciação muito diversos e interdependentes -, impunha-se ampliar claramente, no esquema, o espaço dedicado à questão.

Uma referência às concepções sobre “reflexividade” e “modernização reflexiva” nas sociedades contemporâneas faz aqui todo o sentido³. De facto, entre as propostas que, neste âmbito, têm gerado consenso, destacam-se duas: a que sublinha a tendência para a auto-confrontação dos cidadãos com a sociedade de risco, o que obviamente levanta a questão do modo como percebem, problematizam e politizam as ameaças, incertezas e inseguranças geradas pelos modelos de desenvolvimento e de sociedade dominantes; e a que acentua a

³ Ver, por exemplo, Ulrich Beck, “A reinvenção da política”, in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Modernização reflexiva*, Oeiras, Celta, 2000 e Anthony Giddens, *The consequences of modernity*, Cambridge, Polity Press, 1990.

participação crescente da auto-análise e dos “saberes periciais”, incluindo, em lugar de destaque, os oriundos das ciências sociais, na vida pessoal e institucional e na monitorização corrente da acção.

Uma leitura “optimista” destes processos acentuará a ideia de que as sociedades de “modernidade reflexiva”, incorporando embora verdadeiros multiplicadores sociais de incerteza e de risco, difundem paralelamente disposições susceptíveis de os antecipar como problema, apelando, além disso, cada vez mais, para formas cientificamente fundamentadas de os equacionar e resolver.

Já uma visão mais desencantada dos processos sociais em causa levará a enfrentar importantes complexidades, desde logo, no domínio da enunciação pública de problemas sociais, por forma a relativizar o alcance de alguns princípios das “grand theories” sobre a alegada transparência das sociedades ditas reflexivas e de risco em relação a si próprias.

Parece útil invocar, a respeito de tais complexidades, a conhecida proposta interpretativa de Diana Crane sobre os processos de circulação das formas culturais nas sociedades contemporâneas⁴.

Em alternativa à dicotomia cultura popular/cultura erudita, vale a pena, segundo a autora, considerar três grandes tipos de organização cultural (e sublinho o substantivo – *organização* cultural): o dos meios de difusão em grande escala, nacional ou internacional, a que acedem ou estão expostos os cidadãos na sua generalidade (“*core domain*”), o dos meios com menor alcance, “disseminando cultura numa base nacional, mas para subgrupos diferenciados normalmente segundo a idade e o estilo de vida” (“*peripheral domain*”) e o dos que “produzem e difundem em contextos urbanos para audiências locais” (“*urban culture*”, diz ela, mas porque não, antes, “*local culture*”?).

As dinâmicas culturais contemporâneas, sugere Diana Crane, caracterizam-se pela “tensão entre a tendência dos ‘*core media*’ para dominarem todo o sistema e a constante proliferação de organizações culturais novas nos domínios periférico e local”⁵. Não obstante a crescente internacionalização e oligopolização da informação e da produção cultural, não está excluída a possibilidade de os espaços não centrais se oporem à estandardização heterogerida dos imaginários sociais, admitindo mesmo os mais optimistas que esse será o corolário inevitável de uma ocupação cada vez mais intensa do ciberespaço pelos utilizadores individuais das novas tecnologias. A proliferação de blogues e a experiência emergente do chamado jornalismo de base (“*grassroot journalism*”) são dois exemplos das possibilidades de intervenção no espaço cultural e na definição dos horizontes de “aspirações-problemas sociais” ao alcance de sociedades que, cada vez mais escolarizadas, revolucionaram, além disso, as infraestruturas tecnológicas da reflexividade e da comunicação.

Não é de crer, entretanto, que estas novas formas de interlocução conduzidas a partir dos domínios periférico e local das dinâmicas culturais prefigurem uma espécie de Aldeia Global, integralmente constituída, enfim, por criadores autónomos e cidadãos emancipados, capazes de imporem a sua voz, em tempo real, em qualquer ponto das comunidades virtuais de pertença.

Por detrás do optimismo de tal perspectiva, parece, na verdade, perfilar-se equívoco semelhante ao que subjaz a algumas formulações mais voluntaristas de Habermas sobre a eficácia da razão comunicacional e das virtualidades da democracia participativa. Talvez possa sintetizar-se o equívoco, dizendo que ele assenta na ideia de que a palavra tem, em si mesma, poder instituinte: “falar, e com mais razão ainda discorrer” – acreditava Roland Barthes – “não é comunicar, como muitas vezes se diz, mas sim subjugar; toda a língua é uma regência

⁴ Diana Crane, *Production of culture: media and the urban arts*, Sage, 1992.

⁵ Idem, *ibidem*, p.9

generalizada”⁶. A verdade é que, do ponto de vista sociológico, parece mais adequado afirmar que o poder da palavra não é independente, e talvez seja mesmo subordinado, ao valor instituinte do enunciador. É a vez de citar Pierre Bourdieu: “le pouvoir des paroles n’est autre chose que le pouvoir délégué du porte-parole, et ses paroles (...) sont tout au plus un témoignage et un témoignage parmi d’autres de la garantie de délégation dont il est investi”⁷.

É nesta perspectiva que o modelo de Diana Crane sobre a evolução das dinâmicas culturais nas sociedades contemporâneas adquire sentido e heurística. Essa evolução não depende tanto da natureza intrínseca das tecnologias de difusão a que recorrem ou do número de eventuais participantes nas trocas simbólicas envolvidos, como sobretudo dos *modos de organização* das condições de enunciação das mensagens.

A transcrição desta perspectiva, em moldes adequados à problemática que aqui privilegamos, conduzirá a interrogações como as seguintes.

Como dar corpo a colectivos com capacidade de interlocução reconhecida, no contexto de proliferação de pólos de enunciação e de nichos de produção cultural permitido pela difusão crescente de instrumentos de reflexividade? Quais são, em cada modalidade de comunicação, as condições mais adequadas a garantir o poder instituinte da mensagem, em particular no que diz respeito à transmutação de “necessidades sociais” em “aspirações-problemas sociais” e destes em “procura social de conhecimentos e de intervenção”? Que lugar e que funções estão ao alcance da Sociologia, como “Ciência” e como “Profissão”, no espaço da enunciação pública em causa? Como evitar que os enunciadores do espaço local se resignem ou sejam remetidos a um localismo estreito? Como transformar, no espaço alargado da comunicação, causas periféricas com sentido universalista em causas agendáveis como universais?

Uma análise retrospectiva do que foi a formação do movimento ecologista nas últimas décadas é elucidativa a este respeito. Ela permite revelar, com efeito, como foi possível criar, através da acção conjugada de protagonistas e porta-vozes autorizados (cientistas representativos de um vasto leque de disciplinas instituídas, políticos, forças partidárias, ONG’s, jornalistas, “*opinion-makers*”, etc.), uma cadeia de conivências simbólico-cognitivas e sócio-institucionais (que foi também um complexo processo de legitimação social) capaz de identificar necessidades sociais até aí imperceptíveis, enunciar e agendar problemas e formular novas procuras de conhecimento e de políticas.

A menção, no esquema, a um conjunto de “aspirações-problemas sociais” *não enunciados* remete, obviamente, para a questão, que não pode ser iludida na perspectiva de uma análise sociológica de sociedades ditas reflexivas, da elisão social (subjectiva) de riscos e vulnerabilidades estruturais (objectivos), e lembra até que ponto a subalternização de certos grupos, que incluirá, em princípio, a anulação do poder instituinte dos meios de expressão ao seu alcance, pode ser causa e consequência de autênticos “buracos negros” das agendas científica e/ou político-mediática.

A história do modo como, nas últimas décadas, foi tematizada a “nova questão social” - e importa não esquecer que qualquer tematização é sempre uma politização - pode ajudar a clarificar este ponto. Tudo indica, de facto, que, no espaço de poucas décadas, e por efeito conjunto e cumulativo de grandes transformações ao nível das relações económico-financeiras globais, de viragens radicais na forma de encarar as políticas económicas e a intervenção do Estado na vida social e de recuos na capacidade de intervenção estratégica das organizações representativas dos assalariados, se tenham configurado autênticos nós górdios de “necessidades/problemas/aspirações” sem expressão e audibilidade social proporcionais à sua delicadeza.

⁶ Roland Barthes, *Lição*, Lisboa, Edições 70, 1979, p. 16.

⁷ Pierre Bourdieu, *Ce que parler veut dire: l’économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard, 1982, p. 105.

Terá sido a própria sociologia – pólo de enunciação com responsabilidades especiais na matéria – uma das componentes do campo intelectual e científico a, de algum modo, claudicar na apreensão cognitiva das mudanças em curso e na prevenção de alguns dos seus desenvolvimentos mais preocupantes.

Assim, por exemplo, a escassa problematização a que, durante algum tempo, foram votadas, no domínio da sociologia das classes, questões como o desemprego, a desregulação da relação salarial, a emergência, real e ideologizada, de redes empresariais flexíveis, a segmentação do mercado de trabalho, etc. – que, no entanto, adquiriram, nas últimas décadas, indistigável expressão - terá contribuído para afastar a disciplina, durante algum tempo, da análise das novas formas de desigualdade social, da pobreza e dos fenómenos de exclusão social e para a levar a conviver mal, não obstante antigas aproximações à problemática da sub-proletarização que se lhe conhecem, com noções como *underclass*, desafiliação, etc..

O facto de alguns desses fenómenos terem adquirido expressão em pólos de enunciação como os *media*, os movimentos sociais ou o campo da intervenção social, e de, só depois disso e, eventualmente, por causa disso, haverem encontrado eco adequado no quadro de problemas agendados na comunidade científica, é revelador, entretanto, da complexidade dos sistemas de relações de força simbólico-social a partir dos quais se constrói socialmente, hoje, o conhecimento (incluindo o conhecimento sociológico) sobre o social, obrigando, além disso, a rever em profundidade modos convencionais (não isentos de algum sociologismo) de pensar a relação problema sociológico/problema social.

Um exemplo mais de desfazamentos notáveis entre a dialética “necessidades/aspirações/problemas” sociais e a sua tradução em termos de problematização e análise sociológicas prende-se com a dificuldade de apreensão, na disciplina, com os instrumentos que lhe são próprios, dos efeitos da precarização do emprego na (in)definição de projectos de vida juvenis e, por essa via, na corrosão de sistemas de valores, normas e práticas relacionados com o modo de construir e encenar os afectos e a relação amorosa. Facto tanto mais surpreendente, quanto, por um lado, se multiplicam, na literatura e no cinema (para reter apenas dois exemplos), os indícios de que o problema foi devidamente endogeneizado pelo campo da criação cultural, e quanto, por outro, tem sido notável o investimento feito pela sociologia, ela própria, na análise das práticas culturais juvenis.

3.3.

Admitir, como aqui temos feito, quer em termos genéricos, quer ilustrativos, que existe efectiva permeabilidade (e, de resto, permeabilidade virtuosa) entre pólos de enunciação na definição de problemas e procuras sociais de conhecimento não nos deve dispensar de alguma ponderação adicional.

Importa garantir, desde logo, que a abertura do ângulo de visão da sociologia nos termos indicados não conduza a qualquer recuo nos patamares de exigência teórica, epistemológica e técnico-metodológica sedimentados reflexivamente ao longo da sua história.

Assim, vendo o problema à escala das etapas e operações de pesquisa concretas, dir-se-á, pegando na distinção que é convencional estabelecer entre “exploração”, “problematização”, “construção do modelo de análise” e “observação”⁸, que a primeira se apresenta como momento privilegiado para concretizar, no decurso dos processos de investigação sobre o social, as potencialidades heurísticas do cruzamento de saberes que temos vindo a encarar. Estando em causa, na fase exploratória, formular, em termos assumidamente precários e preliminares, as questões a investigar (“perguntas de partida”), nada impede, bem pelo contrário, que o experimentalismo e o “bricolage” de ideias, assim como um certo tipo de abdução mais ou menos selvagem, possam aí ser fomentados abertamente, remetendo-se a

⁸ Ver, por exemplo, Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998.

intervenção dos constrangimentos disciplinares e paradigmáticos (restrições, no sentido da programação linear), com o seu efeito de consolidação, mas também de enfrentamento crítico, do conhecimento adquirido, para as restantes fases do processo de pesquisa.

Esta valorização da etapa exploratória da pesquisa feita a partir da assunção do carácter diferenciado e multipolar da produção simbólico-cultural das sociedades contemporâneas – que, de algum modo, convida a uma revisitação das considerações de C. Wright Mills sobre a “imaginação sociológica” provocatoriamente lançadas há já quase meio século – não deve, pois, ser entendido como subalternização do papel específico que a problematização teórica, a invenção teoricamente fundamentada de hipóteses substantivas de pesquisa e a contrastação empírica destas últimas segundo protocolos observacionais permanentemente criticados têm no desenvolvimento do conhecimento sobre as sociedades.

Dado que a função de comando da teoria na pesquisa tem, como efeitos perversos potenciais, o formalismo teorista e o fechamento escolástico, os quais se alimentam do impulso quase lúdico de multiplicar conjecturas e experiências mentais e de colocar problemas pelo prazer de os resolver e não pela relevância de que eventualmente se revistam, faz todo o sentido – é essa a mensagem que importa sublinhar – que a etapa da exploração seja assumida como ponte, que convém seja instabilizadora, entre o universo prático-semiótico dos “problemas sociais” enunciados e não-enunciados e o dos problemas sociologicamente relevantes.

4.

Concentremo-nos agora na metade inferior do esquema.

Como já foi dito, ela pretende registar genericamente a influência específica que quer as orientações políticas globais, quer os modelos organizacionais do campo científico e profissional têm em termos de oferta de produtos-conhecimento e modos de intervenção sobre o social.

Para se ter uma ideia do que está aqui em causa, bastará pensar, para o caso português, no efeito que foram tendo, nos últimos anos, as mudanças de critérios em matéria de financiamento à pesquisa nas suas componentes nacional e europeia (abertura *versus* fechamento a saberes “moles”; mono *versus* interdisciplinaridade; polarização da investigação em grandes “áreas temáticas” *versus* pulverização voluntarista de objectos; disseminação de recursos *versus* concentração em centros “de excelência”; imposição de lógicas de rede transnacionais *versus* “nacionalização” das metodologias de pesquisa, etc.).

Acontece, entretanto, que, no domínio específico das ciências sociais, a quantidade e qualidade da oferta e, antes disso, a própria natureza da procura “efectiva” de conhecimentos/intervenções (que é a componente da procura social assumida/ “validada” pelos campos da “Ciência” e da “Profissão”) depende igualmente do peso específico e da qualidade das próprias políticas sociais. Sempre que estas ocupam um lugar de relevo nas orientações políticas globais e, além disso, se assumem como “conhecimento-intensivas”, tende a aumentar o volume de projectos/encomendas desenvolvidos.

Houve a preocupação de fazer referência, no mapa apresentado, a uma procura “endógena” de conhecimentos científicos. Pretende-se, desse modo, chamar a atenção para uma característica particular dos campos de produção científica: a de eles serem, por força da especificidade dos instrumentos teórico-metodológicos que consagram, geradores de problemas e de objectos de conhecimento, cuja natureza escapa, pelo menos em parte, às lógicas sociais globais. É para dar conta deste facto que se tem salientado a “autonomia relativa” das ciências, sendo que um dos reveladores por excelência de tal autonomia é, aliás – como também se sugere no esquema -, a capacidade de reformulação, no interior do campo, de encomendas que, transportando, como é inevitável, as marcas de lógicas sociais globais, nem

por isso são incompatíveis com uma sua retradução de acordo com as dinâmicas progressivas do conhecimento científico.

É normal admitir-se que a margem de autonomia relativa atribuída ao modo de produção científica se desvanece significativamente no campo da “Profissão”, desde logo pelo facto de, perante disfuncionamentos/incidentes/problemas sobredeterminados por critérios de urgência, ser mais reduzida, aqui, a possibilidade de fazer intervir, com autonomia, a panóplia de instrumentos e outras condições “infra-estruturais” (uso distenso do tempo de trabalho, promoção da crítica cruzada entre pares...) próprios da reflexividade científica.

Embora aceitando a linha geral desta argumentação, o esquema proposto procura evitar absolutizar a distinção em que a mesma se baseia. Assim, não está excluída do campo da “Profissão” a referência à intervenção reflexiva própria da sociologia, do mesmo modo que se não elimina a possibilidade de reformulação das procuras de conhecimento/intervenção que a ela acedem sob a forma de encomenda/projecto.

E é justamente a convicção de que as fronteiras entre os dois campos não são estanques que faz com que se dê, no mapa, tanto relevo ao processo de transferência recíproca de conhecimentos entre os espaços da “Ciência” e da “Profissão”.

O carácter virtuoso desta interpenetração, que tem de ser tomada como um caso particular – ainda que especialmente fecundo, na perspectiva do avanço do conhecimento – da dialética de saberes sobre o social que aqui nos ocupou nos números anteriores, não é, entretanto, indiferente – muito longe disso – à natureza dos modelos organizacionais que a enquadram.

Neste sentido, todas as inovações prático-institucionais (a nível de circuitos de difusão cruzada de informação, criação de interfaces de formação permanente, etc.) que permitam transportar para o campo profissional as rotinas da reflexividade sociológica e os correspondentes “interesses de conhecimento” e que, reciprocamente, fomentem, no campo científico, a atenção à “força das coisas” implícita no devir histórico do mundo a que tão ligados estão os destinos individuais concretos, todos esses esforços, dizia, podem, em termos globais, contribuir fortemente para revolucionar o processo de construção de conhecimentos/intervenções sobre o social nas suas componentes fundamentais de problematização, invenção de hipóteses e análise observacional.

A Associação Portuguesa de Sociologia, com a sua perseverante aposta em federar todos os profissionais da sociologia a partir de uma implicação conjunta na discussão dos principais tópicos da agenda da disciplina, é um bom exemplo do quanto é possível fazer, no plano organizacional, em prol do avanço do conhecimento sobre o social.

Anexo

